



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações a criação de obras derivadas 3.0 Unported.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar crédito ao autor.

Não Comercial — Você não pode usar o material para fins comerciais.

Sem Derivações — Você não pode remixar, transformar ou criar a partir do material.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 3.0 Unported License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Under the following terms:

Attribution — You must give appropriate credit.

NonCommercial — You may not use the material for commercial purposes.

NoDerivatives — You cannot remix, transform, or build upon the material.

MULHER NEGRA E VIOLÊNCIA: DILEMAS ATUAIS

Reginaldo GUIRALDELLI*
Helen Barbosa Raiz ENGLER**

- RESUMO: O presente artigo tem a intenção de levantar alguns elementos teóricos e históricos acerca da questão de gênero, raça/etnia e entender como se configura a violência na contemporaneidade perpassada por esses segmentos. Para isso, o respectivo texto realiza de forma sumária algumas reflexões em torno de problemáticas que foram constituídas, produzidas e reproduzidas em contextos históricos diferenciados, conforme interesses de grupos no poder. No mais, o recurso às fontes históricas permite compreender como ocorreram as múltiplas manifestações de opressão, dominação e exploração de determinados grupos, como mulheres, negros, escravos, crianças, etc., para dar respostas à legitimação e manter a hegemonia de uma casta. Com isso, busca-se compreender o momento presente que requer ações efetivas para tais segmentos que permaneceram silenciados ao longo do tempo.
- PALAVRAS-CHAVE: Violência; Gênero; Raça/etnia; Questão social.

1 Mulher e História: alguns elementos

Para fazer uma análise acerca da mulher na sociedade contemporânea vale destacar algumas questões cruciais que foram construídas historicamente e perduraram por séculos, legitimando a submissão dessas em detrimento do homem.

Dentre inúmeros fatores, pode-se retomar a Grécia Antiga, gênese do conceito de democracia e cidadania. Nessa época, mulheres, escravos, crianças e estrangeiros não eram tidos por cidadãos. Apenas se reconhecia a cidadania dos homens nativos daquela região. Tal período foi marcado pela sobrevalorização do trabalho intelectual, tendo como maior expressão o pensamento de Platão e Aristóteles, que defendiam a superioridade do homem dedicado às artes, política e filosofia.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Franca/SP. Membro do Núcleo de Estudos “Mentalidade e Trabalho: do local ao global” – UNESP/Franca/SP.

** Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UNESP – Franca. Coordenadora do Núcleo de Estudos “Mentalidade e Trabalho: do local ao global” – UNESP – Franca/SP.

Em Roma, o Direito aparece como um mecanismo para a perpetuação e legitimação da subserviência feminina.

Já na Idade Média, grande parte das idéias e conceitos elaborados estava restrita aos sacerdotes, ou seja, o conhecimento estava preso nos mosteiros e a Igreja Católica detinha o poder tanto temporal quanto espiritual.

Nessa fase, a visão que se tinha da mulher era dicotomizada, já que ao mesmo tempo em que era tida como aquela que detinha a autoria do pecado original, também era reconhecida por ser a responsável por trazer ao mundo o salvador e redentor dos pecados, daí a atribuir-lhe a figura da Virgem Maria.

Tais prerrogativas estão imbricadas no Cristianismo desde sua consolidação, já que tal doutrina sofreu os reflexos de inúmeras ideologias que estiveram presentes nos trezentos anos que levou para seu estabelecimento.

As principais idéias que foram utilizadas para o embasamento filosófico do cristianismo foram as de pensadores como Platão e Aristóteles, e que relacionavam o prazer sexual e o pecado carnal à figura feminina.

Sendo assim, durante toda a Idade Média as mulheres foram consideradas pela comunidade eclesiástica como seres inferiores, que necessitavam ser tuteladas pela figura masculina.

Diante disso, tinha-se a dupla personificação feminina: a mulher comparada à Eva, ou seja, a tentadora, com vícios como a luxúria, a gula, a sensualidade e a sexualidade. Utilizavam-se desse protótipo para se remeter a figura de Maria Madalena, prostituta que se arrependeu e se submeteu aos homens e a Igreja. De outro lado, a mulher pura e fiel, comparada à Virgem Maria.

Tais mecanismos serviram como sustentáculos da sociedade da época e para a consolidação do cristianismo. Isso permitiu a manutenção dos homens no poder mediante a submissão feminina, o que perdurou por todos os períodos posteriores da história, notando uma ruptura mais sistemática e radical somente na segunda metade do século XX com o protagonismo dos movimentos feministas.

É necessário destacar que durante a Idade Média existiam mulheres que reivindicavam seus direitos, porém ainda de forma isolada e pontual. Essa fase é marcada pela Inquisição, sendo que aquelas questionadoras do *status quo* eram condenadas,

consideradas subversivas à ordem e mortas pelo Tribunal do Santo Ofício. Foi o período de caça às bruxas e tem-se uma figura emblemática do período que expressa tal realidade da época, que no caso é Joana D'arc, que foi morta em praça pública na fogueira.

Ainda neste período algumas mulheres participavam das Corporações de Ofício e apenas se tornavam mestres com o falecimento do marido (mestre).

Os principais trabalhos a que estas se dedicavam nesse período eram a tecelagem, costura, bordado e o comércio, porém o trabalho feminino sempre recebia uma remuneração inferior ao masculino.

Na Idade Moderna, com a constituição dos Estados Nacionais, verifica-se um retrocesso dos papéis que a mulher ocupava na vida social.

[...] a partir do século XVII e sobretudo no século XVIII contingentes cada vez maiores de mulheres passam a realizar trabalhos a domicílio, contratadas por intermediários. Este tipo de trabalho é ainda hoje largamente exercido pela mão-de-obra feminina, particularmente na indústria de confecção (ALVES; PITANGUY, 1983, p.27).

O período renascentista denota uma deterioração profissional da mulher, com tarefas menos qualificadas e subalternas.

Com a consolidação do capitalismo, expande-se o contingente de mão-de-obra feminina, marcada pela superexploração, com altas jornadas de trabalho e diferenças salariais em relação ao homem.

Nos séculos seguintes foram organizados alguns movimentos de mulheres que reivindicavam o direito ao voto, maior participação na pólis ou mesmo em sua inserção no mercado de trabalho.

Mas vai ser no século XX que o movimento feminista ganhará maior relevo e conquistará direitos até então reivindicados.

No Brasil, particularmente, é no século XX que as mulheres conquistam o direito ao voto, ingressam no mercado de trabalho, nos espaços educacionais, culturais e políticos. Além disso, foi somente no ano de 2003, com o novo Código Civil que a mulher

conquistou mais direitos, visto que o Código anterior de 1916 garantia todos os direitos aos homens, além de ser totalmente discriminatório e preconceituoso, já que considerava a mulher como um ser incapaz.

Diante de uma série de conquistas de direitos da mulher, nota-se a importância do movimento feminista, percebendo que,

O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas (ALVES; PITANGUY, 1983, p.74).

2 Mulher negra na sociedade brasileira

Para uma discussão acerca da mulher negra na sociedade brasileira vale se reportar a fatores elementares na formação sócio-histórica brasileira, que desde a chegada dos portugueses contribuíram para constituir uma base patriarcal, racista e classista que perdurou por todos os séculos posteriores.

Após a chegada e fixação dos europeus em terras brasileiras, a economia do país foi marcada pela exploração dos recursos naturais e minerais, além de estar sustentada pela forma agrário-exportadora, ditada pelo pacto colonial estabelecido pela Coroa Portuguesa, do qual o Brasil teve de se adaptar e aceitar tais preceitos, já que o mesmo era dominado por Portugal.

No início o que se verificou foi a extração desenfreada do pau-brasil, mas logo a seguir começou-se a investir no cultivo da cana-de-açúcar, que predominou na região nordeste e demais estados do litoral brasileiro, territórios estratégicos para o escoamento de tal produto para a Europa.

Para o trabalho nas propriedades eram necessárias grandes somas de mão-de-obra, e como o país era povoado apenas por indígenas até então, tentou-se utilizar a respectiva mão-de-obra, porém houve várias formas de resistência pelos índios, já que tinham hábitos de vida totalmente diferenciados daqueles que os portugueses queriam lhes impor. Como saída para tal

problemática, o recurso foi buscar escravos no continente africano para o trabalho com a cana e nas residências dos senhores e proprietários de terra.

A escravidão era um negócio rentável e tornou-se o sustentáculo do regime da época.

Os escravos vindos da África passam por um processo de aculturação¹ forçada, subalterna e organizada segundo interesses do senhor. Além do mais, os escravos eram vistos como propriedade e não como seres humanos, e a posse destes conferia status para o seu senhor.

Para sustentar o modelo escravista, algumas instituições foram de suma importância, como a Igreja e a Ciência, em especial a Biologia, que tentava justificar a inferioridade do negro partindo de análises físicas e orgânicas do ser humano. Já a Igreja criou instrumentos e dogmas religiosos que favoreceram a escravidão negra, pois segundo suas doutrinas os senhores nasciam para ser senhores e os escravos para serem escravos.

Por isso, os negros ficaram segregados do sistema social, sem participação política e ascensão social.

No escravismo, o cristianismo, com seu referencial de superioridade, tornou-se parte fundamental do aparelho ideológico dominante, enquanto que as religiões africanas eram formas de resistência social e ideológica dos povos dominados.

O Estado não se responsabilizava pela educação desses segmentos que ficavam sob o jugo de padres jesuítas que ensinavam dogmas e conceitos católicos completamente alienados da realidade brasileira.

[...] o sistema escravista, como um todo compacto e fechado, não permitia que o escravo adquirisse consciência da sua situação social, fato que o impedia de formular uma ideologia capaz de desaliená-lo completamente (MOURA, 1988, p.111).

Como forma de fuga de um sistema opressor, muitos negros escravos começam a se organizar em comunidades quilombolas. Dentre elas, a de maior destaque foi o quilombo de

¹ Segundo Clóvis Moura (1988), o processo de aculturação é o contato entre a cultura dos civilizadores e dos civilizados. Os membros da cultura dominada submetem-se ao controle da cultura dominante.

Palmares, reconhecido pela sua importância econômica, social e política.

Os escravos masculinos vinham para o Brasil para trabalhar nas fazendas dos senhores de engenho e já as mulheres vinham predominantemente como afirma

Gilberto Freyre (1983) para trabalhar no espaço doméstico da Casa-Grande, realizando as tarefas rotineiras da casa como lavar, passar, cozinhar, e, além disso, serem amas de leite dos filhos das sinhás e saciar os desejos sexuais dos senhores da época.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil inicia uma fase de modernização e urbanização, com o advento das primeiras indústrias e as estradas de ferro, num cenário marcado pela subordinação do capital monopolista, em especial o inglês. Nesse contexto, investe-se no trabalhador livre importado, já que a escravidão se torna moralmente condenada, não condizente com o ideário capitalista, já que o trabalho escravo passa a ser considerado como anacrônico e empecilho ao progresso econômico e ao processo de industrialização. O capitalismo necessitava de consumidores e diante disso a abolição de 1888 tornou-se urgente.

O Brasil foi o último país a abolir a escravatura e o que mais importou mão-de-obra africana.

Com a abolição, incentivou-se a imigração européia que contou com o financiamento do Estado para enfrentar o déficit de mão-de-obra no sudeste. O imigrante é incorporado ao sistema de trabalho assalariado nos setores econômicos em expansão.

Nesse contexto abolicionista, a população negra deixa a senzala e passa a ser marginalizada no sentido físico e social. Muitos dos ex-escravos continuaram trabalhando nas fazendas, e aqueles que partiram rumo ao novo destino, passaram a compor a periferia das cidades, de onde nunca mais saíram.

No início da trilha do círculo vicioso, temos uma Abolição que não levou os negros à cidadania. Esse fato nos remete às dificuldades econômicas, que nos levam às dificuldades educacionais, o que significa baixa capacitação, a qual, por sua vez, remete os não-brancos aos piores empregos; o que mantém as dificuldades econômicas (SANTOS, 2000, p.59).

Após o Abolicionismo, o escravo se torna cidadão, assim como o imigrante. Para a atividade produtiva do trabalhador

adquirir status de mercadoria, é essencial que ele ganhe a liberdade, para em seguida vender sua força de trabalho no mercado. Com isso, o ex-escravo torna-se operário.

O negro cidadão não é o negro escravo transformado em trabalhador livre. O negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Ele foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente ao lado de outros trabalhadores livres, brancos (IANNI, 1972, p. 49).

Nas cidades, os imigrantes já haviam ocupado vários postos de trabalho, o que fez os negros concentrarem-se no artesanato, no pequeno comércio, nos serviços domésticos e outros ramos do setor de serviços. A presença da imigração européia foi fator crucial para o processo de marginalização do negro. Os trabalhos tidos por não-qualificados foram destinados aos ex-escravos. Isso contribuiu para a perda gradativa da historicidade e identidade do negro, visto que,

A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais [...]. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação (SOUZA, 1990, p. 23).

Como forma de justificar a substituição do trabalho realizado pelo negro pelo trabalho do branco europeu foram criados estereótipos do negro, como sendo este, vagabundo, ladrão, entre outros. É em detrimento dessas estereotípias, que o negro ficará à margem da sociedade brasileira.

O racismo, como instrumento político-ideológico², difundiu a ideologia da supremacia branca. O sistema capitalista brasileiro, então emergente, consolidou o discurso democrático da integração racial através do paradigma do mito da “democracia racial”,³ apresentando a imagem de um paraíso racial.

² Vale salientar, segundo Alberto (2000), que o racismo foi considerado teoria científica e instrumento político-ideológico de segregação étnico-racial.

³ A democracia racial passa a ser interpretada como um “mito” fundador da nacionalidade a partir das obras de Gilberto Freyre.

A partir disso, aparece a necessidade da teorização sobre as “raças”, que conforme Guimarães são:

[...] construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos (1999, p. 153).

A terminologia “raça” continua sendo utilizada no sentido de diferenciar e privilegiar alguns segmentos, no que tange ao acesso às oportunidades, levando à discriminação e desigualdade de tratamento entre grupos de cor.

O mito da “democracia racial” e o ideal de branqueamento tornaram-se indubitavelmente símbolos de desmobilização da população negra e de legitimação das desigualdades raciais vigentes desde o término da escravidão.

No que tange as especificidades da mulher negra, sua condição de pobreza e marginalidade reforça o preconceito e a interiorização da sua posição de inferioridade, inibindo ações e lutas contra formas discriminatórias.

Ao ingressar no mercado de trabalho ainda criança, é condicionada a baixíssimos salários e precárias condições de trabalho.

Contudo, tal raciocínio não é absoluto, visto que diante de todos esses percalços marcados pelo racismo, algumas mulheres negras conseguiram driblar as adversidades e chegaram à universidade e postos de trabalho tidos por “superiores” e que delegam prestígio e status social. Tal realidade ainda se processa de forma muito lenta na sociedade brasileira.

Para a mulher negra ocupar cargos de destaque no mercado de trabalho é necessário trilhar caminhos árduos e exaustivos, abdicando muitas vezes do lazer, maternidade, casamento, ou seja, da sua vida pessoal, já que precisa mostrar sua competência profissional diante dos preconceitos e discriminação postos na trama das relações sociais.

A grande parcela das mulheres negras encontra-se em postos de trabalho precários, nos serviços domésticos, na informalidade e com baixa remuneração. Além disso, vale considerar que muitas são analfabetas ou semi-analfabetas, o que faz reproduzir o ciclo vicioso de pobreza.

Poucas são as mulheres negras que conseguem ascensão social, mas já são verificadas em número expressivo nas universidades do país, buscando assim, diante das dificuldades apresentadas, seus direitos de cidadania.

3 Desenvolvimento desigual: para compreender a violência hoje

Ao buscar compreender a violência e suas manifestações na vida social, faz-se necessária uma menção as transformações ocorridas no mundo do trabalho, a ideologia racista e machista que foram constituídas no processo histórico e sustentadas pelo capitalismo. Tais elementos não são fenômenos isolados e sim imbricados na trama das relações sociais e interpessoais.

Ao longo da história a mulher sofreu e vem sofrendo diversas manifestações da violência, que na atualidade vem se tornando naturalizada e banalizada, num contexto referenciado pelos mecanismos ideológicos do patriarcalismo, do racismo e do machismo.

O sistema capitalista contribui para o acirramento da violência e dos problemas sociais como um todo.

As transformações desencadeadas no mundo do trabalho no século XX provocaram uma alteração nos modelos de produção e na vida do trabalhador como um todo, gerando um quadro de miséria, desemprego e más condições de vida e trabalho.

O modelo de produção característico no mundo do trabalho no início do século XX era o Taylorista/Fordista, caracterizado pela produção em série, com utilização do cronômetro para controlar o tempo dispendido no processo produtivo, verticalidade e funções fragmentadas, separando o trabalho manual do intelectual.

Nessa fase, o que se apregoava eram as idéias liberais, defendendo o livre mercado como regulador da vida em sociedade. Ao aparelho estatal cumpria a tarefa de garantir o direito a liberdade individual e de propriedade.

Porém com a Crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em *Serviço Social & Realidade, Franca, 16(1): 205-223, 2007*

1929, tal preceito cai por terra, não sendo suficiente para atender aos anseios dos capitalistas na época. Decorre desse fato um quadro maciço de pobreza, miséria e desemprego, além da falência de grandes proprietários e detentores de capital.

Diante disso, o economista inglês John Keynes propõe como solução para a respectiva crise a intervenção do Estado na economia. O mercado deixaria de ser auto-regulável, passando ao controle estatal.

No pós-guerra, a teoria Keynesiana se constituiu na base de implementação e sustentação do Estado de Bem-Estar Social, existente em países desenvolvidos, fruto também das lutas dos trabalhadores pela cidadania, provocando expressivos gastos públicos concernentes ao incremento das políticas sociais nos países industrializados. Segundo a teoria Keynesiana, era preciso garantir o papel do Estado, como elemento de intervenção na economia, além de atuar na promoção de políticas sociais que assegurassem níveis razoáveis de reprodução da força de trabalho e um trato adequado à questão social.

Entre os anos de 1960 e 1970, o capitalismo mergulha em uma nova crise cíclica,

Essa crise estrutural, cuja manifestação foi a desarticulação das relações virtuosas do padrão de desenvolvimento norte-americano, foi resultado do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização, com o enfraquecimento da capacidade dinâmica do progresso técnico, a maior saturação de mercados internacionalizados, o sobreinvestimento generalizado, a crescente financeirização da riqueza produzida e o enfraquecimento da hegemonia norte-americana. A crise foi então amplificada pela brusca elevação dos preços do petróleo decidida pelo cartel da OPEP no final de 1973 (MATTOSO, 1995, p. 52).

A crise do capital dos anos 1960 e 1970, deve ser vista como inerente ao movimento do capital e como resposta a mesma implantou-se um novo modelo de produção, o Toyotismo.⁴

⁴ O Toyotismo foi criado na fábrica de automóveis Toyota, no Japão pós-1945, pelo engenheiro Taiichi Ohno, por isso também é conhecido por Ohnismo ou modelo Japonês. Esse modelo vai buscar o rompimento com a produção padronizada, produzindo artigos mais atraentes de acordo com as preferências

214 *Serviço Social & Realidade, Franca, 16(1): 205-223, 2007*

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...]; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho [...] (ANTUNES, 1999, p. 31).

No bojo da grande revolução tecnológica da contemporaneidade, o mundo do trabalho passa por mudanças qualitativas e quantitativas que vão trazer implicações para o tecido social, pois se modifica a organização dos processos produtivos, exige-se maior habilidade e qualificação da mão-de-obra em decorrência da polivalência, o sindicalismo se enfraquece, o trabalho se automatiza e expande-se a terceirização. Isso trouxe conseqüências drásticas para a sociedade no que se refere ao acirramento das desigualdades.

Essa é a perversa lógica da globalização, que tem alcance mundial e reproduz as disparidades entre os diversos segmentos sociais.

A expansão capitalista e reprodução ampliada do capital em escala global criam e reproduzem desigualdades, carências, inquietações, antagonismos e tensões. Desenvolve-se a globalização da questão social e transformam-se as relações de produção e modos de vida. Dentre os aspectos da questão social presentes na sociedade atual podemos encontrar o desemprego estrutural, a exploração da força de trabalho, a discriminação racial, de gênero, política, religiosa, migrações, ressurgência de movimentos nacionalistas, xenofóbicos, fundamentalistas, além do acirramento da pobreza e miséria de grande parcela populacional.

Diante de um contexto contraditório e marcado por tensões e conflitos, verifica-se que o capitalismo traz intrinsecamente em sua dinâmica, elementos peculiares como o desenvolvimento tecnológico, informacional e científico, ao mesmo tempo em que produz e reproduz relações de poder, de dominação e opressão, e os segmentos que são mais atingidos com isso são aqueles tidos

dos consumidores. O Toyotismo eliminou os tempos mortos, característica do modelo taylorista-fordista.

por minorias (mulheres, negros, homossexuais, índios, etc.), que não atendem ao ideário e ao protótipo daquilo que é apregoadado pelo sistema. Assim, tais segmentos são as maiores vítimas do desemprego e da exclusão social, reproduzindo o ciclo de miséria, seja no plano macro ou micro-social. Tal realidade contribui para gerar as múltiplas expressões da violência nos dias atuais.

As metamorfoses processadas no mundo do trabalho, nas relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o público e o privado, nas lutas sociais, na política e no âmbito doméstico, além do redimensionamento da cultura feminina, contribuem de forma fundamental para uma maior apreensão da violência como uma questão pública.

Além disso, não se deve pensar que a violência se constitui como um interesse somente intelectual dos cientistas, pois tal temática extrapola as barreiras acadêmicas e encontra-se na pauta dos movimentos sociais, das ONG's e de grupos políticos.

4 Mulher negra X violência: a desigualdade multifacetada

Para iniciar a respectiva discussão far-se-á algumas considerações de conceitos sobre violência de gênero e violência contra a mulher, entendendo aqui o gênero como categoria analítica e histórica, reguladora das relações entre homens-mulheres, mulheres-mulheres, homens-homens (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Vale dizer que o conceito de violência contra a mulher nos dias atuais faz parte do senso comum⁵ e o conceito de violência de gênero é abrangente, englobando crianças e adolescentes,

A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe, raça/etnia. Expressa uma forma particular da violência global mediatizada pela ordem patriarcal que dá aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência. [...] a violência de gênero engloba as diferentes formas de violência praticadas no âmbito das relações de gênero, não só a violência

⁵ Ver: ARAUJO, M.F.; MARTINS, E. J. S.; SANTOS, A. L. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: Gênero e Violência. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. p.18.

praticada por homens contra mulheres, mas também a violência praticada por mulheres contra homens, a violência entre mulheres e a violência entre homens (ARAÚJO; MARTINS & SANTOS, 2004, p. 18-21).

A discussão acerca da violência na atualidade se tornou de suma relevância diante de acontecimentos avassaladores de diversas nuances que requerem medidas efetivas de ação e contenção de um fenômeno de tal magnitude, visto que o mesmo se dá na esfera local e global, envolvendo toda a diversidade humana e com isso trazendo rebatimentos para todo o tecido social.

Ao se referir a problemática da violência, logo são feitas correlações com a agressão física, o que permite negar as outras interfaces da mesma, já que ela não se apresenta somente nesse aspecto e sim em formatos dos mais sutis possíveis. Ela pode ser verificada em agressões psicológicas, morais, atos discriminatórios e preconceituosos, exclusão social, além da violação dos direitos de cidadania que garantem condições básicas de sobrevivência. Nesse viés, pode-se notar que ela se apresenta em nosso cotidiano, alterando o modo de vida, de agir e pensar da população em geral.

Pode-se constatar que a violência é histórica, ocorrendo em todas as épocas, porém com conotações diferenciadas, visto que em cada período são ditados valores, crenças e costumes diversificados. Por isso, a violência é entendida de maneira heterogênea de acordo com a cultura vigente de uma determinada época.

A ênfase retratada aqui aborda a questão da mulher negra, vítima dos mais variados tipos de violência, tendo em vista que a formação da sociedade brasileira se deu enraizada no patriarcado, no racismo e no machismo. Tais elementos não são isolados e sim se interpenetram na lógica perversa da violência estrutural.

Considerando que as diferenças de gênero e de raça são entendidas como fatos da natureza (ou essenciais) e que às mulheres e aos negros se atribui menor valor, as mulheres não brancas apresentariam maior risco de serem objeto de violências por estarem situadas no lado fraco de suas hierarquias, a de gênero e a de raça. Ademais, aos obstáculos que enfrentam por serem mulheres e

negras somam-se as desvantagens, compartilhadas pela maior parte dos negros, de se situarem nos segmentos mais desprovidos de recursos básicos e de direitos de cidadãos (SUARÉZ, 1998, p. 109).

O crescimento desenfreado da violência está sobremaneira vinculado a forma como a sociedade brasileira está configurada, caracterizada pela má distribuição de renda e riqueza produzida, pelo crescimento do desemprego estrutural e pobreza, acirrando as disparidades sociais.

A mulher dentro desse emaranhado de relações torna-se a principal presa da violência no âmbito doméstico, considerando este como um espaço contraditório já que é,

[...] local de conforto, bem-estar e de proteção à mulher, um espaço perigoso, à medida que é nele que se estabelece o confronto subjetivo, porém cotidiano, da disciplina, da dominação e da resistência. É justamente neste espaço, onde estão em jogo homens e mulheres em suas relações privadas, que o abuso físico, psicológico e sexual ocorre com uma frequência maior do que apontam as estatísticas oficiais (BORDINI; FEIGUIN, 1987, p. 39).

Historicamente, a mulher ocupou o espaço de inferioridade e subalternização na hierarquia social, porém o que se deve mencionar é que as mulheres brancas e negras nunca estiveram no mesmo patamar de igualdade, visto que numa sociedade de raiz patriarcal, sexista e racista, a mulher negra tem desvantagem pelo quesito cor, elemento que reforça a desigualdade entre os povos. Além disso, grande parte da população negra após a abolição não conseguiu inserção profissional e se tornou marginalizada, o que desencadeou o aumento da pobreza e miséria desse segmento.

Assim, a mulher negra ocupa na hierarquia social uma posição inferior a da mulher branca, já que a mesma consegue posições e status diferenciados das negras.

Ao se tratar da violência com mulheres negras, vale destacar o tráfico de escravos no período colonial como um agravante da violência sexual perpetrada pelos senhores de engenho, além dos estupros, fenômenos considerados na época como algo natural, já que as escravas não eram donas de seu próprio corpo.

Na contemporaneidade muito ainda se preserva das formas de violência contra mulheres negras, seja no espaço doméstico, com maridos ou patrões, estupro, atos discriminatórios e preconceituosos na esfera pública e privada e exclusão social.

O grande dilema atual é que a violência que acomete a mulher ainda é vista no âmbito privado, fazendo com que a vítima seja a responsável pelo enfrentamento desse drama, muitas vezes vivido e intensificado no cotidiano. Diante disso, a vítima na maioria dos casos não encontra apoio e suporte familiar e social, o que poderia ser uma válvula propulsora da denúncia.

São inúmeros os motivos que propiciam o silêncio das mulheres vítimas de violência diante de uma ideologia de dominação masculina e de submissão feminina, o que corrobora para a perpetuação da violência.

Os motivos mais frequentes são a dependência emocional e econômica, a valorização da família, a idealização do amor e do casamento, a preocupação com os filhos, o medo da perda e do desamparo diante da necessidade de enfrentar a vida sozinha, a ausência de apoio social e familiar. A crença na impunidade do agressor e o receio de que a violência aumente após a denúncia, também são fatores que levam muitas mulheres a se calarem e permanecerem na relação, sem denunciar ou buscar ajuda (ARAUJO; MARTINS & SANTOS, 2004, p. 31).

Num contexto onde uma minoria detém o poder econômico, político e social e demais privilégios, o que se tem como estratégia de preservação da ordem estabelecida é a utilização de mecanismos racistas, sexistas e classistas, que exclui grande parcela da população, dentre eles, mulheres, negros e pobres. Para que haja o controle social, os detentores do poder apropriam-se de instrumentos falaciosos e persuasivos, criando consensos e legitimando o *status quo*, como se o real apresentado fosse o ideal e que vivêssemos em plena harmonia social.

Considerações Finais

É válido explicitar que a violência atinge os mais variados estratos sociais, tornando-se então um grande engodo a convicção de que ela adentra apenas as camadas sócio-econômicas mais

baixas. O que ocorre é que as camadas sociais privilegiadas buscam um encaminhamento diferenciado para sanar tal conflito. Assim recorrem aos serviços psicológicos e jurídicos no campo privado, o que permite o ocultamento do fenômeno nas classes abastadas. Já a classe social de baixa renda busca no serviço público a solução para seu problema, mediante a dificuldade para acessar os serviços privados.

Em pleno século XXI, no cerne do desenvolvimento das forças produtivas, da informática, da ciência e demais avanços que vem ocorrendo na velocidade da luz nos variados contextos, falar em violência contra a mulher negra representa o retrocesso dos atos humanos diante de uma realidade complexa e contraditória.

Ao colocar tal discussão na pauta atual do debate na sociedade vale repensar as lutas dos movimentos feministas, negros e diversos outros grupos que buscam reconhecimento e legitimidade como sujeitos de direitos.

Portanto, pensar em violência significa refletir sobre a violação dos direitos humanos até então reconhecidos em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sendô assim, falar de direitos humanos das mulheres é arrolar uma gama de violações e situações em que tais mulheres se encontram hoje, sejam as brancas, negras, indígenas, ocidentais, orientais, dentre outras, e que estão expostas a uma série de atos violentos na rua, no trabalho e no lar.

Além dessas mulheres serem alvo de violações pelo fato de pertencerem ao sexo feminino e a um grupo étnico-racial que não corresponde ao protótipo do que é imposto e aceito pelo mundo moderno, estão ainda privadas dos seus direitos básicos de cidadania, como o acesso ao mercado de trabalho de forma igualitária ao homem, à educação, saúde, política, lazer e demais condições dignas de sobrevivência.

Destarte, urgem lutas efetivas de ruptura com tal sistema de dominação, exploração e opressão, já que as mulheres não são as únicas vítimas de tal ordem, por isso, uma luta conjunta entre homens, mulheres, negros, brancos, ou seja, entre toda a diversidade humana.

Black woman and violence: current dilemma

- *ABSTRACT: The present article intends to approach some theoretical and historical elements concerning the gender, race/ethnic group subject and to understand how the violence is configured in the present time passed by those segments. For that, the respective text accomplishes in a summary way some reflections around problems that were constituted, produced and reproduced in differentiated historical contexts, according to interests of groups in the power. Besides, the resource to the historical sources allows to understand how happened the multiple oppression manifestations, dominance and exploration of certain groups, as women, black people, slaves, children, etc., to give answers to the legitimation and to maintain the hegemony of a breed. With that, we try to understand the present moment that requests effective actions for such segments that remained silenced along the time.*
- *KEYWORDS: Violence; Gender; Race/Ethnic Group; Social Subject.*

Referências Bibliográficas

ALBERTO, L. As relações raciais no Brasil e as perspectivas para o próximo século. In: *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. *O que é feminismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, M. de F.; MARTINS, E. J. S.; SANTOS, A. L. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, Maria de F.; MATTIOLI, Olga C. (Orgs.). *Gênero e Violência*. São Paulo: Arte e Ciência Editora, 2004.

BORDINI, E. B. T.; FEIGUIN, D. Reflexões sobre a violência contra a mulher. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, v.1, n.2, jul./set. 1987. São Paulo: SEADE, p. 39-44.

BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (Orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994.

CHINALI, I. G. *De volta ao lar? Trabalho feminino e globalização*. 1997. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC.

- FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 22. ed. Rio de Janeiro, 1983.
- GILMORE, D. O mito da violência. In: *Cadernos do Terceiro Mundo*, n. 186. Rio de Janeiro, jun. 1995, p.6.
- GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v.54. p. 147-156, 1999.
- GUIMARÃES, A. S. A; HUNTLEY, L. (Orgs.) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. *Raças e classes sociais no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- _____. O Estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente T. *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, H. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SANTOS, J. R. dos. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SILVA, M. B. N. da. A História da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – USP*, n. 27. São Paulo, 1987, p.75-91.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- SUÁREZ, M. Autenticidade de gênero e cor. In: OLIVEIRA, D. D.; GERALDES, E. C.; LIMA, R. C.; SANTOS, S. A. (Orgs.). *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília/DF: UnB, 1998.

TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de. (Org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.

Artigo recebido em agosto/2006. Aprovado em fevereiro/2007